

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
CAMPUS ARARANGUÁ**

MÁRCIA ADRIANE DE ANDRADE

PROEJA :

FORMAÇÃO CIDADÃ DO ALUNO

**ARARANGUÁ
2011
MÁRCIA ADRIANE DE ANDRADE**

PROEJA :
FORMAÇÃO CIDADÃ DO ALUNO

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em PROEJA, do Instituto Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em PROEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos). Professor Orientador: Samuel Costa

ARARANGUÁ
2011
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
SANTA CATARINA**

MÁRCIA ADRIANE DE ANDRADE

FOLHA DE APROVAÇÃO

Araranguá, 26 de maio de 2011

Aluna: MÁRCIA ADRIANE DE ANDRADE

Título: PROEJA :FORMAÇÃO CIDADÃ DO ALUNO

Objetivo: Reconhecer a importância do PROEJA no processo de formação cidadã do aluno como uma realidade real e possível de ser alcançada.

Professor Samuel Costa, Msc. - IF-SC Campus Araranguá

Professora Naiane Machado Mariano - IF-SC Campus Araranguá

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
SANTA CATARINA**

PARECER DE VIABILIDADE

Ao analisar o Trabalho de Conclusão de curso de especialização em PROEJA elaborado pela aluna Márcia Adriane de Andrade intitulado: PROEJA: FORMAÇÃO CIDADÃ DO ALUNO constato que o mesmo atende às exigências necessárias para ser encaminhado à banca examinadora.
Araranguá, maio de 2011.

Orientador: Profº Me Samuel Costa

TERMO DE AUTORIZAÇÃO – MONOGRAFIA

Eu, Márcia Adriane de Andrade, brasileira, casada, professora – Licenciada em Pedagogia, com Habilitação Plena em Pedagogia, residente à Rua Alexandre Acordi, nº571, Araranguá, Santa Catarina, portadora do documento de identidade nº: 2394117, emitido pela SSP/SC, na qualidade de titular dos direitos morais e patrimoniais de autora da OBRA apresentada no IF-SC Campus Araranguá em maio de 2011, com base no disposto na Lei Federal N. 9.160, de 19 de fevereiro de 1998:

1 (X) AUTORIZO O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA– IF-SC, a reproduzir, e/ou disponibilizar na rede mundial de computadores – Internet – e permitir a reprodução por meio eletrônico, da OBRA, a partir desta data e até que manifestação em sentido contrário de minha parte determine a cessação desta autorização.

2 () NÃO AUTORIZO o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA– IF-SC, a reproduzir, e/ou disponibilizar na rede mundial de computadores – Internet, e permitir a reprodução por meio eletrônico, da OBRA.

Araranguá, 26 de maio de 2011.

Assinatura do aluno: _____

Ciente do Orientador: _____

Dedico este trabalho a minha família que soube compreender meus momentos de ausência nessa caminhada. Especialmente a minha querida mãe Luiza Tereza de Andrade.

Agradeço a Deus. A todos aqueles que estiveram comigo nesta caminhada e contribuíram na construção de novos e importantes conhecimentos. Meu orientador Prof^o MSc Samuel Costa e minhas amigas: Maria Elisa R. Nunes, Karina R. Pescador, Marilene da R. Costa, Selma Costa da Rocha e Moramei M. Espindola.

Bons professores possuem metodologia, professores fascinantes possuem sensibilidade. Bons professores são mestres temporários, professores fascinantes são mestres inesquecíveis. Bons professores educam para uma profissão, professores fascinantes educam para a vida!

(Augusto Cury)

SUMÁRIO

Lista de tabelas.....	3
Lista de gráficos.....	4
Resumo.....	5
Abstract.....	6
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 –	–
METODOLOGIA.....	9
CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	10
2.1 Breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil	11
CAPÍTULO 3 – CONCEPÇÕES E PRÍNCÍPIOS DO PROEJA.....	23
3.1Princípios.....	26
3.2 Avaliação segundo perspectiva do PROEJA	27
CAPÍTULO 4 –	–
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	41
ANEXOS.....	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do número de analfabetos e da taxa de analfabetismo entre a população de 5 anos ou mais, 10 anos ou mais e 15 anos ou mais, segundo os censos demográficos. Brasil, 1872 a 2000. Fonte: Ravello Ferraro (2002)..... 13

Tabela 2 – População e anos de estudo: 2003. Fonte: Brasil (2007)..... 16

Tabela 3 - Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade - Brasil – 1995/2007. (Fonte: Brasil 2007)..... 18

Tabela 4 - Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões - 2006-2007. (Fonte: Brasil 2007)..... 19

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tendência secular das taxas de analfabetismo entre as populações de 5 anos ou mais, 10 anos ou mais e 15 anos ou mais, segundo os censos demográficos. Brasil, 1872 a 2000. Fonte: Ravello Ferraro (2002)..... 14

- Gráfico 2 – Tendência secular do número de analfabetos entre as populações de 5 anos ou mais, 10 anos ou mais e 15 anos ou mais, segundo os censos demográficos. Brasil, 1872 a 2000. Fonte: Ravello Ferraro (2002)..... 14
- Gráfico 3 – População e anos de estudo: 2003. Fonte: Brasil (2007)..... 17
- Gráfico 4 – Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade - Brasil - 1995/2007. Fonte: Brasil (2007)..... 18
- Gráfico 5 – Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões - 2006-2007. Fonte: Brasil (2007)..... 19

RESUMO

A presente monografia apresenta a discussão do tema: a Educação de Jovens e Adultos e o processo de formação cidadã do aluno. O foco deste estudo é o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), e nesse contexto pretendemos questionar

sobre a construção possível da cidadania. O entrave norteador do presente estudo é buscar respostas a interrogantes que nos levem a saber “..de que forma o PROEJA vem contribuir para a formação cidadã de seus alunos?..” O estudo reconhece a importância deste programa nacional de integração no processo de formação cidadã do aluno, como uma possibilidade real e possível de ser alcançada. Entretanto, nos preocupamos em analisar de que forma a educação de jovens e adultos contribui para a formação cidadã do aluno enquanto agente transformador da sociedade, assim também como buscamos evidenciar o compromisso da educação profissional com a formação cidadã, identificando a concepção do PROEJA e identificando os principais aspectos de avaliação do programa. Este estudo apresenta um histórico sobre a modalidade de ensino destinada à educação de jovens e adultos, analisa as concepções e princípios deste programa de abrangência nacional para a Integração de Jovens e Adultos, seguindo o percurso traçado pela metodologia de pesquisa documental escolhida.

Palavras chave: Educação de Jovens e Adultos; PROEJA; Formação cidadã; Educação.

ABSTRACT

This monograph presents a discussion of the topic: Youth and Adults and the process of civic education of the student. The focus of this study is the National Programme for Integration of Professional Education with Basic Education in the Mode of Education Youth and Adult PROEJA, and in this context that questions about possible construction of citizenship. The barrier of guiding this study is to seek answers to questions that lead us to know " .. how the PROEJA contributes to a civic education of

their students?." The study recognizes the importance of this national program in the training process citizen of the student as a real possibility and can be reached. However we care to examine how the education of young adults and contributes to the civic education of the student as a transforming agent in society, so as we seek to highlight the commitment of professional education with citizenship training, identifying the design and identifying PROEJA key aspects of program evaluation. This study presents a history of the mode of teaching and education for youth and adults, analyzes the concepts and principles of this program nationwide for the Integration of Youth and Adults, following the route traced by the documental research methodology chosen.

Keywords: Youth and Adults; PROEJA, Training, Civic, Education.

INTRODUÇÃO

Num contexto de mudanças no mundo de trabalho, das demandas educacionais e do desenvolvimento econômico, a Educação de Jovens e Adultos vem sendo enfatizada como uma necessidade premente e objeto de preocupação dos governos locais.

No Brasil, esta questão tem ocupado centralidade na última década, sendo objeto de políticas nacionais específicas. Dentro dessa concepção, e, no contexto federal, focalizamos uma política nacional destinada a incluir, mediante a escolarização, jovens e adultos proporcionando-lhes formação profissional. Tendo

como destinatários jovens e adultos a partir de 18 anos, emerge o PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – que através de cursos tem como objetivo implementar uma política inclusiva.

O PROEJA tem como principal função oferecer cursos profissionalizantes junto com a educação básica, para um universo de alunos até então muitas vezes discriminados pela sociedade, para que assim possam ter acesso às oportunidades oferecidas no mercado de trabalho.

A presente monografia apresenta a discussão do tema: a Educação de Jovens e Adultos e o processo de formação cidadã do aluno. O foco deste estudo é o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos –PROEJA e, nesse contexto, questiona a possível construção da cidadania do público atendido pelo referido programa.

Como objetivo geral, este trabalho busca: Reconhecer a importância do PROEJA no processo de formação cidadã do aluno como uma realidade real e possível de ser alcançada e como específicos: analisar de que forma a EJA pode contribuir para a formação cidadã do aluno enquanto agentes transformador da sociedade; evidenciar o comprometimento da educação profissional com a formação cidadã;

O entrave norteador do presente estudo é buscar respostas aos interrogantes que nos levem a saber “*..de que forma o PROEJA vem contribuir para uma formação cidadã de seus alunos?*”

O estudo reconhece a importância deste programa nacional de integração no processo de formação cidadã do aluno, como uma possibilidade real e objetiva de ser alcançada. Entretanto, nos preocupamos em analisar *de que forma a educação de jovens e adultos contribui para a formação cidadã do aluno enquanto agente transformador da sociedade*, como também buscamos evidenciar o compromisso da educação profissional com a formação cidadã, identificando a concepção do PROEJA e reconhecendo os principais aspectos de avaliação do programa.

Este estudo apresenta um histórico sobre a modalidade de ensino destinada à Educação de Jovens e Adultos, analisa as concepções e princípios do PROEJA para a

integração de jovens e adultos, seguindo o percurso traçado pela metodologia de pesquisa documental escolhida.

A escolha deste objeto de estudo deu-se em virtude do PROEJA ser um programa que possui uma proposta de ensino, que volta seus esforços para o propósito de que o aluno tenha acesso simultaneamente ao ensino básico e ao profissionalizante.

É um tema importante e que deve ser estudado dado o momento econômico e social que se vive, onde a desigualdade social é uma marca nacional.

O PROEJA busca oferecer ao público a oportunidade de um ensino profissionalizante que possa inseri-lo no mercado de trabalho.

No percurso deste estudo, nos perguntamos sobre a contribuição do PROEJA para uma formação cidadã de seus alunos e nos questionávamos como elucidar esta questão, como ou através de que meios buscar as respostas.

Pensa-se inicialmente em indagar aos alunos do PROEJA do Instituto Federal de Santa Catarina de Araranguá sobre o referido programa, lhes perguntando o que era o PROEJA para cada um deles; se o PROEJA é uma forma do jovem ter a oportunidade de ao mesmo tempo em que conclui o ensino básico, ter acesso a um curso Profissionalizante, *buscando saber sobre a finalidade deste programa e as expectativas do aluno sobre o Programa*; se poderia manifestar sobre estas duas possibilidades que um jovem tem quando está participando do PROEJA, *buscando indagar sobre a relação de vínculo que há entre o que é o PROEJA e o que ele vem a buscar no Instituto*; se pensava que com uma oportunidade dessas o jovem tem mais acesso ao mercado de trabalho, *procurando que ponderara há um aumento de oportunidades de emprego ou não ao fazer um Curso no PROEJA*, entre outras questões. Os universos dos indagados e dificuldades operacionais nos fizeram optar por outra abordagem para responder nossas dúvidas.

Assim sendo, a pesquisa de natureza bibliográfica se mostrou a mais apropriada e para isto percorremos uma trajetória que resgatou um contexto histórico sobre esta modalidade de ensino, descrevendo e analisando o PROEJA como um documento de política nacional e como um programa de inclusão de jovens e adultos.

CAPÍTULO 1

METODOLOGIA

O presente estudo se caracteriza por ser uma pesquisa qualitativa. Segundo Gil (2002) a pesquisa qualitativa trata-se de uma atividade da ciência, que visa a construção da realidade. E que ao mesmo tempo se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construto profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Como objetivo geral este trabalho apresenta: reconhecer a importância do PROEJA no processo de formação cidadã do aluno como uma realidade real e possível de ser alcançada.

Os objetivos específicos por sua vez são:

- Analisar de que forma a EJA pode contribuir para a formação cidadã do aluno enquanto agentes transformador da sociedade;
- Evidenciar o comprometimento da educação profissional com a formação cidadã;

O meio utilizado para a realização da pesquisa qualitativa foi a pesquisa bibliográfica. Gil (2002) caracteriza tal pesquisa como um estudo teórico que pode ser considerado como um importante passo de toda a pesquisa científica. Ela é desenvolvida por meio de consultas a materiais elaborados anteriormente, como livros, periódicos, artigos científicos, entre outros.

O mesmo autor ainda destaca que quanto maior a consulta de materiais bibliográficos, mais embasamento científico o trabalho terá e assim, tornar-se-á ainda mais confiável.

A pesquisa bibliográfica segundo autor acima citado, possibilita definir e resolver problemas já conhecidos e permite ao pesquisador a cobertura de vários fenômenos de maneira mais ampla, do que aquela em que ele poderia fazê-lo diretamente.

É um tipo de pesquisa que proporciona uma aquisição de conhecimentos de um determinado assunto muito relevante para o acadêmico e então, reconhece-se sua importância. São conhecimentos que serão muito úteis na construção do trabalho científico.

Para Vergara (2005, p.48): “A pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, rede eletrônica, isto é, material acessível ao público em geral”.

Por meio da pesquisa bibliográfica, será feita a revisão bibliográfica a respeito do assunto .

Gil (2002) ressalta que a revisão bibliográfica também pode ser vista como revisão de literatura e é em geral, a parte inicial de um determinado estudo científico.

Assim sendo, a presente pesquisa, será realizada com auxílio de literaturas especializadas em Educação de Jovens e Adultos e do PROEJA.

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil é marcada por uma descontinuidade de políticas e ações que somente tiveram fim com a Constituição Federal de 1988 e com a sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, quando a referida modalidade de ensino passou a ser um direito de todo brasileiro.

O reconhecimento da EJA como direito de todos à educação, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, e como modalidade da educação básica, prevista na Lei nº 9.394/96, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tem demandado, de quem atua nesse campo, uma capacidade de articulação intensa, visando garantir o avanço do atendimento da escolarização de jovens e adultos numa perspectiva de política pública. (MACHADO, 2010, p.01)

A partir de então, as ações acerca da modalidade foram se delineando de tal forma que atualmente, vê-se na Educação de Jovens e Adultos (EJA) a esperança de que o desenvolvimento do país possa se consolidar. Aliado à EJA então, percebeu-se a possibilidade de unir ao ensino regular, o ensino profissionalizante, que estaria gerando a possibilidade de o aluno ter um ensino de qualidade, onde ao mesmo tempo ele tenha acesso à formação profissional. Trata-se de um processo complexo que envolve políticas específicas de inclusão, num contexto de resgate histórico de direitos sociais e de justiça social (BRASIL, 2007)

Como se infere do texto do Documento Base do Proeja (BRASIL, 2007, p.31):

O desenvolvimento de uma nação não depende exclusivamente da educação, mas de um conjunto de políticas que se organizam,

se articulam e se implementam ao longo de um processo histórico, cabendo à educação importante função estratégica neste processo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, deve-se ter clareza em reconhecer que nem a educação geral nem a educação profissional e tecnológica, por si sós, gerarão desenvolvimento, trabalho e renda.

Neste sentido, Di Pierro et al. (2001) salientam que a questão da Educação de Jovens e Adultos é um tema que merece destaque e discussão. Tendo em vista que a Educação de Jovens e Adultos já tem um histórico de longa data, é importante que se conheça um pouco de sua história.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Ao se falar em educação de jovens e adultos, fala-se de uma educação que teve distintos momentos ao longo de sua história. Assim sendo, para que possamos compreendê-la melhor é importante que se conheça seu processo histórico (SAMPAIO, 2009).

Para Haddad (2011) a educação de jovens e adultos pode ser considerada uma educação voltada para aqueles que foram por algum motivo, excluídos do sistema tradicional de ensino, ou mesmo não ter tido acesso à escola.

O histórico da educação de jovens e adultos no Brasil pode ser associado já aos tempos do descobrimento do Brasil quando os jesuítas tentavam catequizar os habitantes destas terras.

Para Silva (2011, p.01): O adulto analfabeto ou de pouca escolaridade quase sempre é um excluído das vantagens do sistema capitalista e vê na escola a sua chance de participação no mercado de trabalho ou de melhoria salarial.

A Eja deve ser uma modalidade de ensino que se volte para sujeitos concretos, onde se faça de forma qualitativa e onde seu aluno tenha acesso à uma educação de qualidade como se percebe nas palavras de Arroyo (2011, p.07): “A EJA tem que ser uma modalidade de educação para sujeitos concretos, em contextos concretos, com histórias concretas, com configurações concretas.”

Embora o enfoque maior estivesse voltado para as crianças, os adultos também recebiam a educação jesuíta, mostrando aí os primeiros passos da educação para os adultos, embora de uma forma bastante tradicional, sistematizada como se observa nas palavras de Santos (2010, p. 01):

Nos períodos de Colônia e Império, os jesuítas dominaram a educação, com a intenção de difundir o catolicismo e dar educação à elite colonizadora, a quem se oferecia uma educação humanística. Esse domínio compactuava com os interesses do regime político que visava à manutenção da ordem (SANTOS, 2010, p. 01).

No que se refere especificamente à educação dos jesuítas, ela estava voltada como já é fato historicamente conhecido, para o catolicismo.

Mesmo com a derrubada do Império, com a instituição de novas formas de governo onde inclusive o ensino passou a ser obrigação do poder público, muita coisa não mudou em relação à Educação de Jovens e Adultos, pois os mesmos não recebiam qualquer tipo de atenção.

Depois de muitos decretos e Leis que não eram cumpridas como observa-se na citação que segue, as províncias começam a cuidar da Educação dos Jovens e Adultos:

Por muitos séculos, o ensino no Brasil só se constitui objeto de atenção em seus decretos e leis. A Constituição de 1824, por exemplo, em seu tópico específico para a educação, inspirava um sistema nacional de educação, o que na prática tal fato não se efetivou. O método mútuo, adotado pela lei de outubro de 1827, refletia a desarmonia entre as necessidades educacionais e os objetivos propostos. Nele atuavam pessoas despreparadas revelando a insuficiência de professores, de escolas e de uma organização mínima para a educação nacional. (SANTOS, 2010, p.02)

Santos (2010) ainda destaca que muitas províncias ofereciam aulas noturnas e cita como exemplo o Regimento das Escolas de Instrução Primária em Pernambuco de 1885. Tal documento segundo ele, que traz com detalhes a prescrições para o funcionamento das escolas destinadas a receber alunos maiores de quinze anos.

Evidente que o movimento encontraria muitos obstáculos pela frente. O primeiro deles foi a falta de professores. Os professores que davam aula nas províncias tinham que o fazê-lo de graça. Por meio da Educação de Jovens e Adultos, deveria-se “civilizar” as camadas mais pobres e menos privilegiadas da sociedade, já que eles eram vistos como perigosos e muitas vezes com preconceito pelos demais. Prova de que a educação era importante é citada por Santos (2010 p.02):

A Lei Saraiva, de 1881, que determinava eleições diretas, foi a primeira a colocar impedimentos, ao lado de outras restrições, como a de renda, aos votos dos analfabetos, reforçando a concepção do analfabeto como ignorante e incapaz.

Esta Lei fazia com que aqueles que não soubessem ler e escrever não pudessem votar e assim, o julgavam como inferiores perante à sociedade. Mas somente no século XX é realizada uma grande movimentação em torno do assunto, quando:

Paschoal Leme fez a primeira tentativa oficial de organizar o ensino Supletivo nas décadas de 30 e 40, ao mesmo tempo em que surgiram experiências extra-oficiais na alfabetização de adultos, como o uso da Literatura de Cordel e a carta de ABC (SANTOS, 2010, p.03).

As tentativas não pararam, como destaca Santos (2010):

Com um conteúdo acrítico e material padronizado, além de não garantir a continuidade dos estudos, o Mobral– Movimento Brasileiro de Alfabetização - criado em 1967, foi mais um programa que fracassou. (SANTOS, 2010, p.03)

Em breve cronologia da preocupação com a educação de adultos Ravello Ferraro (2002) recupera uma relação entre analfabetismo no Brasil e uma perspectiva histórica, atrelando esta análise da evolução do conceito ao impacto dos censos desde 1872 até 2000, na valorização da problemática tanto para a sociedade toda como para os governos que se sucederam ao longo deste período.

Uma questão que constitui uma alerta na hora das análises é relatada pelo autor acima citado ao tratar da especificidade do fenômeno do analfabetismo, quando se cruzam mudanças conceituais e estatísticas ao longo de 130 anos de censos e isto de

fato incide no volume, tamanho e ponderações do que chamamos de analfabetismo e do se entendia por analfabetismo desenhando uma trajetória desta conceitualização.

Paiva (1990) agrega, ao analisar a “Questão do Analfabetismo” no artigo Um Século de Educação Republicana, que *“ao longo de grande parte da nossa história essa questão não esteve posta”*, lembrando este abandono secular dos analfabetos brasileiros a autora nos apresenta um dado de 1890 quando a taxa de analfabetismo atingia 82,65% ilustrando a gravidade do problema para o país e seu futuro.

Ravanello Ferraro (2002) também ilustra as concepções que “povoavam” o universo do discurso para se referir ao analfabetismo e cita a FREIRE (2001) quem segundo o autor *“sintetiza de forma admirável as concepções ainda dominantes sobre o analfabetismo”*, quando escreve que

A concepção, na melhor das hipóteses, ingênua do analfabetismo o encara ora como uma "erva daninha" – daí a expressão corrente: "erradicação do analfabetismo" –, ora como uma "enfermidade" que passa de um a outro, quase por contágio, ora como uma "chaga" deprimente a ser "curada" e cujos índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais, dizem mal dos níveis de "civilização" de certas sociedades. Mais ainda, o analfabetismo aparece também, nesta visão ingênua ou astuta, como a manifestação da "incapacidade" do povo, de sua "pouca inteligência", de sua "proverbial preguiça". (Freire, 2001, p. 15 apud Ravanello Ferraro, 2002).

Ravanello Ferraro (2002) nos traz um dado essencial para compreender as relações conceituais e o registro da incapacidade de ler e escrever um bilhete simples e neste particular intervêm relações internacionais dos organismos encarregados de monitorar e criar políticas para os analfabetos no mundo (UNESCO).

Observando as tendências na quantidade de analfabetos no Brasil, podemos constatar a queda secular da taxa de analfabetismo e avanço secular do número de analfabetos (FERRARO, 1979; 1985; 1987; 1999a; 1999b; RAVANELLO FERRARO, 2002).

A simples observação da tabela 1 e dos gráficos 1 e 2 evidencia a simultaneidade, por mais de um século, de duas dinâmicas opostas do analfabetismo: a

queda secular da taxa porcentual de analfabetismo e o aumento, também secular, do número absoluto de analfabetos.

Tabela 1

Evolução do número de analfabetos e da taxa de analfabetismo entre a população de 5 anos ou mais, 10 anos ou mais e 15 anos ou mais, segundo os censos demográficos. Brasil, 1872 a 2000.

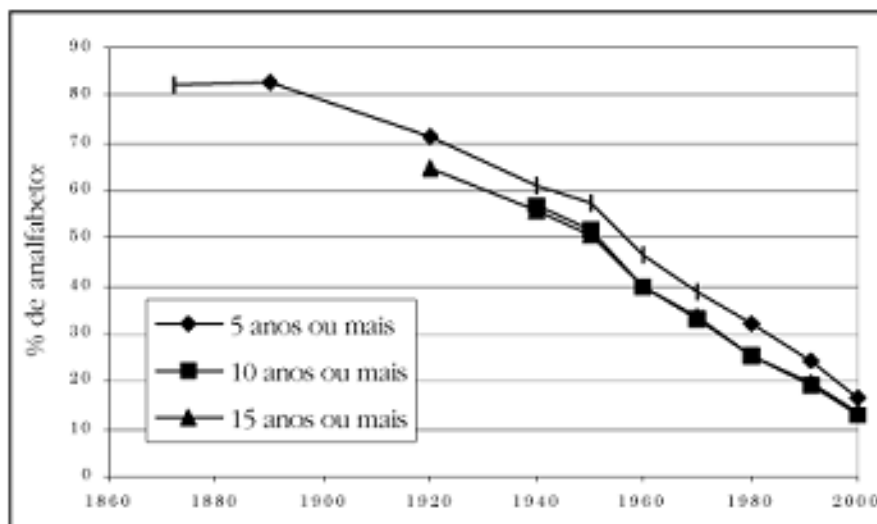
Ano do Censo	População		
	Total	Não alfabetizada	
		Nº	%
a) População de 5 anos e mais			
1872	8.854.774	7.290.293	82,3
1890	12.212.125	10.091.566	82,6
1920	26.042.442	18.549.085	71,2
1940	34.796.665	21.295.490	61,2
1950	43.573.517	24.907.696	57,2
1960	58.997.981	27.578.971	46,7
1970	79.327.231	30.718.597	38,7
1980	102.579.006	32.731.347	31,9
1991	130.283.402	31.580.488	24,2
2000	153.423.442	25.665.393	16,7
b) População de 10 anos ou mais			
1940	29.037.849	16.452.832	56,7
1950	36.557.990	18.812.419	51,5
1960	48.839.558	19.378.801	39,7
1970	65.867.723	21.638.913	32,9
1980	87.805.265	22.393.295	25,5
1991	112.860.254	21.330.966	18,9
2000	136.881.115	17.552.762	12,8
c) População de 15 anos ou mais			
1920	17.557.282	11.401.715	64,9
1940	23.709.769	13.242.172	55,9
1950	30.249.423	15.272.632	50,5
1960	40.278.602	15.964.852	39,6
1970	54.008.604	18.146.977	33,6
1980	73.542.003	18.716.847	25,5
1991	95.810.615	18.587.446	19,4
2000	119.533.048	16.294.889	13,6

Fontes: Para 1872, 1890 e 1920, ver: Brasil, *Recenseamento Geral do Brasil 1920*, v. IV, 4ª parte - População, e IBGE, *Censo 1940*, os quais reproduzem os dados dos censos anteriores. Para os demais censos, ver: IBGE, *Censo demográfico, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000*. O Censo de 1900 não foi considerado em razão das distorções sobre o analfabetismo resultantes do sub-recenseamento de extensas áreas rurais em alguns estados. Sobre isto ver: Brasil, *Recenseamento Geral 1920*, e Ferrari (1985).

FONTE: RAVANELLO FERRARO (2002).

Gráfico 1

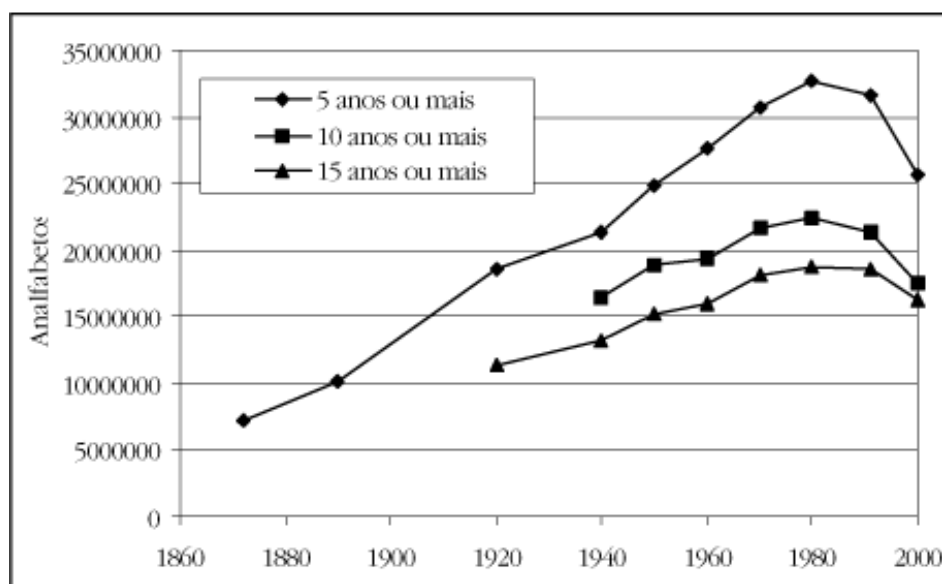
Tendência secular das taxas de analfabetismo entre a população de 5 anos ou mais, 10 anos ou mais e 15 anos ou mais, segundo os censos demográficos. Brasil, 1872 a 2000.



FONTE: RAVANELLO FERRARO (2002).

Gráfico 2

Tendência secular do número de analfabetos entre a população de 5 anos ou mais, 10 anos ou mais e 15 anos ou mais, segundo os censos demográficos. Brasil, 1872 a 2000.



FONTE: RAVANELLO FERRARO (2002).

Ravanello Ferraro (2002) afirma que um olhar atento para as taxas de analfabetismo constantes na tabela 1 e no gráfico 1 permite a seguinte periodização da trajetória da taxa de analfabetismo a partir de 1872 para a população de 5 anos ou mais:

1) taxas extremamente elevadas e estáveis (em torno de 82,5%) no período que vai do primeiro ao segundo censo (1872 a 1890);

2) queda em ritmo mais ou menos constante no período de 1890 a 1950, com redução da taxa de analfabetismo para 57,2% no Censo 1950;

3) intensificação da queda no curto período de 1950 a 1960, com redução da taxa para 46,7%;

4) desaceleração no ritmo de queda da taxa de analfabetismo a partir de 1970 até 2000, com taxas caindo sucessivamente para 38,7%, 31,9%, 24,2% e 16,7%, sempre para a população de 5 anos ou mais.

Neste último período o ritmo de queda praticamente retorna ao que fora no período de 1890 a 1950, não se evidenciando qualquer impacto maior de iniciativas como MOBREAL, Fundação Educar, Educação para Todos e das leis, dos planos e dos muitos discursos... no período (RAVANELLO FERRARO, 2002).

As pesquisas do autor acima citado podem estar no centro de uma discussão nacional maior que excedem longamente uma monografia de Especialização, entretanto é preciso apontar que no cruzamento da trajetória da conceitualização do analfabetismo e seu registro estatístico, em países como Brasil, significa a contabilidade de milhões de pessoas que podem ou não engrossar os números, para assim justificar as políticas e por tanto dar fundamento e base de sustentação maior à políticas e programas como o PROEJA.

De acordo com Brasil (2007, p.01):

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, como modalidade nos níveis fundamental e médio, é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Essas políticas são, muitas vezes, resultantes de iniciativas individuais ou de grupos isolados, especialmente no âmbito da alfabetização, que se somam às iniciativas do Estado.

A partir de 2003, entretanto com o Programa “Brasil Alfabetizado” a presença da EJA passa a preocupar-se e, inclusive lutar por mais verbas para o referido

nível de educação. Conforme Lopes e Sousa (2007, p.08): “no Programa Brasil Alfabetizado, a assistência é direcionada ao desenvolvimento de projetos com as seguintes ações: Alfabetização de jovens e adultos e formação de alfabetizadores”.

Apesar de as questões da EJA não estarem resolvidas no nível de ensino fundamental, cuja oferta é dever do Estado por força constitucional, entende-se ser impossível ficar imóvel diante de algumas constatações que vêm sendo apontadas no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológicas como, por exemplo, a baixa expectativa de inclusão de jovens de classes populares entre os atendidos pelo sistema público de educação profissional (BRASIL, 2007 p.11).

Nesse contexto, é importante que o Estado associe à educação formal, uma educação que já profissionalize o aluno, dando-lhe oportunidade de uma maior integração social, como cita Brasil (2007, p.11):

É, portanto, fundamental que uma política pública estável voltada para a EJA contemple a elevação da escolaridade com profissionalização no sentido de contribuir para a integração sócio-laboral desse grande contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade (BRASIL, 2007, p.11).

Levando em consideração que uma das fontes de pesquisa deste estudo é o Documento Base PROEJA (BRASIL, 2007) abaixo apresenta-se dados referentes aos anos de estudo da população brasileira em 2003.

Tabela 2 – População e anos de estudo: 2003

0	41.461.092
1	7.089.749
2	9.137.740
3	9.137.740
4	19.129.760
5	11.583.950
6	7.546.165
7	7.757.360
8	13.280.759
9	4.907.149
10	4.845.985
11	22.932.919

12	2.041.844
13	1.587.909
14	1.466.865
15 ou mais	7.515.178

Não informado 792.261

TOTAL 173.966.052

FONTE: BRASIL (2007).

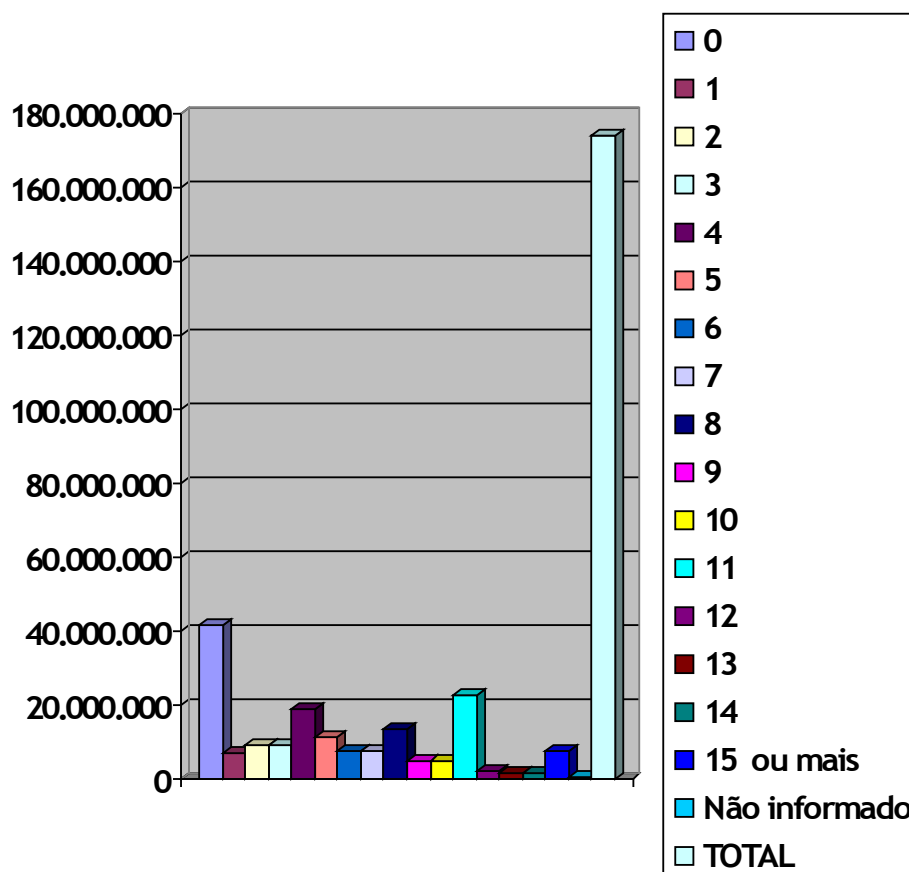


Gráfico 3 – População e anos de estudo: 2003. Fonte: Brasil (2007).

Este fato parece ser muito relevante na formulação da política que o Documento Base do Proeja relata, pois as Tabelas 3 e 4 reúnem dados novos sobre o número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade no Brasil entre os anos 1995 e 2007, assim também como a taxa de analfabetismo

funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, distribuído entre as Grandes Regiões do Brasil entre os anos de 2006 e 2007.

Tabela 3 - Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade - Brasil – 1995/2007. (Fonte: Brasil 2007).

	Total	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 ou 19 anos	20 a 24 anos	25 ou mais
1995	5,2	3,2	5,4	6,3	6,7	5,3
2002	6,3	4,0	6,8	8,1	8,3	6,2
2007	6,9	4,1	7,3	8,8	9,3	6,9

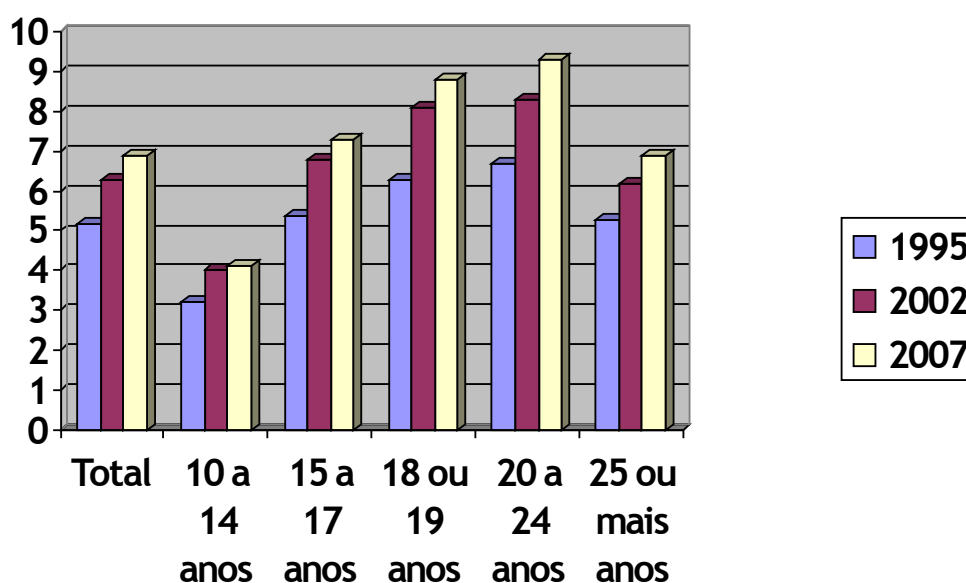


Gráfico 4 - Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade - Brasil – 1995/2007. (Fonte: Brasil 2007).

Tabela 4 - Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões - 2006-2007. (Fonte: Brasil 2007).

	Total Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2006	22,2	25,6	34,4	16,5	16,5	20,0
2007	21,6	25,0	33,5	15,9	16,6	20,3

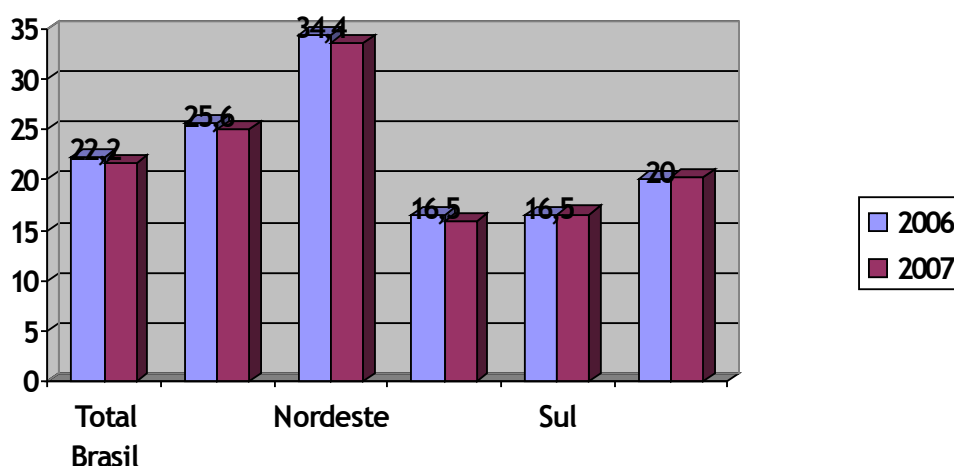


Gráfico 5 - Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões - 2006-2007. (Fonte: Brasil 2007).

Observe-se que as faixas de idade (e número médio de anos de estudo) a partir dos 18 anos e 25 ou mais anos concentram a população alvo do PROEJA, e as Taxas de analfabetismo funcional por região, também são argumentos para a implementação desta política como um programa nacional de Integração de Jovens e Adultos

Assim, de acordo com Brasil (2007, p.18):

[...]em dados referentes à coleta feita pelo Censo 2000, os estudos recentes de Paiva (2005), visando à melhor compreensão das demandas potenciais por educação e de como tem sido constituída a política educacional no país, trazem um conjunto de observações indispensáveis à contextualização da EJA. Considerando-se a distribuição da população de 10 anos ou mais de idade, observa-se que uma parcela de 31,4% tem até três anos de estudo. Isso significa que o terço da população

brasileira que consegue ir à escola não chega à metade do ensino fundamental de oito anos.

Percebe-se então que a Educação de Jovens e Adultos aparece com maior importância ainda haja vista o número de pessoas que deixa de estudar antes que termine o ensino fundamental.

Nessa perspectiva Ferrari, (2008, p.04) cita:

A falta de qualidade de ensino, caracterizada pelas metodologias e currículos padronizados e distantes da realidade dos alunos, o processo avaliativo classificatório e excludente e a situação de extrema pobreza de uma grande parcela da população acaba por excluir da escola muitas crianças e adolescentes antes de concluírem os estudos.

É chegado o momento de governo de um modo geral dê a devida atenção para aqueles que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos em épocas regulares. Num momento onde a globalização é palavra do momento, dar oportunidade à todos é uma obrigação dos governantes, como se observa na citação do Documento Base PROEJA (BRASIL, 2007, p.27):

Nesse contexto de economia globalizada, a situação periférica ocupada pelo Brasil no contexto internacional dificulta a implementação desse modelo alternativo de desenvolvimento socioeconômico. Essa situação, além das implicações já mencionadas, também contribui com um fator limitante na busca da construção de uma política de Estado para a educação do país: a fragmentação das discussões e de programas e projetos na agenda educacional brasileira

Um desses programas é o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos), que têm seu início em 2004 com a publicação do Decreto 5.154/2004, mas sua implantação só começou a se realizada em agosto de 2007 (CARDOSO et al., 2010).

O PROEJA determina que a formação profissional ocorra em duas possibilidades: a) formação inicial e continuada, com carga horária mínima de 1.600 horas, sendo um mínimo de 1.200 horas para formação geral e 200 horas para qualificação profissional (onde o CTUR se encaixa); b) habilitação técnica, com carga horária máxima de 2.400 horas, sendo 1.200 horas para formação geral e a carga horária da formação específica ficando dependente da habilitação do curso (OLIVERIA et al., 2010 p.03).

O próximo capítulo vem discorrer sobre o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos).

CAPÍTULO 3

CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS DO PROEJA

O desenvolvimento de uma nação, seja ela qual for, não depende exclusivamente da educação, mas de todo um conjunto integrado de ações políticas que se complementam uma à outra e nesse momento a educação assume um importante papel, ou seja, uma função crucial dentro do desenvolvimento do país.

Assim, programas e políticas que visem melhorar a situação educacional de uma nação são sempre muito importantes, para que assim, a mesma possa se desenvolver.

De acordo com o Documento Base para o PROEJA (BRASIL, 2007,p.31) “a experiência histórica tem demonstrado que não há desenvolvimento econômico se não acompanhado de desenvolvimento social e cultural”.

Percebe-se então, que a educação tem importante papel no desenvolvimento de uma nação como um todo.

Campos (2009, p.01) salienta que :

Um dos principais enfrentamentos no campo da educação profissional no Brasil, na última década, se deu em torno do cumprimento do Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997 que priorizava a formação técnica em detrimento da geral, o que impedia a continuidade da oferta de cursos integrados de nível médio.

A educação é nesse sentido, o processo de criação, produção, socialização e reapropriação da cultura e do conhecimento produzidos pela humanidade por meio de seu trabalho (BRASIL, 2007).

Assim, a educação deve ser vista com caráter prioritário por governantes em geral a fim de que nela sejam investidos recursos para que a educação possa enfim ter reconhecimento que merece a partir de então o maior beneficiado seja o aluno e por conseqüência a sociedade.

Sob essa perspectiva, torna-se imprescindível que políticas voltadas à uma educação que forme cidadãos críticos e responsáveis, conscientes de seu papel transformador na sociedade assim como é certo que essas políticas terão um resultado à médio e/ou longo prazo.

Neste contexto surge o PROEJA, que conforme destaca Hotz (2008, p.02) é um programa, parte da política educacional nacional, mas que ainda se encontra em processo de construção, bem como de implementação nas Unidades de Ensino.

Hypolito (2009, p.03) ressalta que:

O programa procura estruturar-se de maneira a integrar a educação profissional com a educação básica na modalidade EJA, prevendo as possibilidades de articulação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional nas formas integrada – em que o currículo integra as formações – e concomitante – na qual ambas formações ocorrem de forma paralela.

Cita-se no Documento Base do PROEJA (BRASIL, 2007, p.32) que:

Enquanto isso, torna-se indispensável criar condições materiais e culturais capazes de responder, em curto espaço de tempo, ao desafio histórico de implementar políticas globais e específicas que, no seu conjunto, ajudem a consolidar as bases para um projeto societário de caráter mais ético e humano. Neste sentido, é necessário construir um projeto de desenvolvimento nacional auto-sustentável e inclusivo que articule as políticas públicas de trabalho, emprego e renda, de educação, de ciência e tecnologia, de cultura, de meio ambiente e de agricultura sustentável, identificadas e comprometidas com a maioria, para realizar a travessia possível em direção a um outro mundo, reconceitualizando o sentido de nação, nação esta capaz de acolher modos de vida solidários, fraternos e éticos. Dessa forma, surge a expectativa de um projeto que envolva a educação profissional e tecnológica ao ensino regular.

A educação profissional e tecnológica comprometida com a formação de um sujeito com a autonomia intelectual, ética, política e humana exige assumir uma

política de educação e qualificação profissional não para adaptar o trabalhador e prepará-lo de forma passiva e subordinada ao processo de acumulação da economia capitalista,mas voltada para a perspectiva da vivência de um processo crítico,emancipador e fertilizador de outro mundo possível.

Cabe ressaltar que é de extrema relevância que essa educação profissional acima citada deve ser destinada de maneira gratuita e igualitária aos jovens e adultos que por distintos os motivos peculiares de cada um foram excluídos ou não tiveram acesso ao sistema educacional e que hoje somam uma grande quantidade de pessoas.

A formação profissional é uma realidade e necessidade constatada e que precisa ser oferecida aos milhares de cidadãos que não tiveram a oportunidade de estudar e hoje encontram-se em dificuldades)especialmente no que se refere ao sistema profissional,onde o mercado já não lhe dá as mesmas oportunidades de outrora.

Assim, conforme o Documento Base do PROEJA (BRASIL, 2007) destaca-se :

Denotada na Rede Federal a ausência de sujeitos alunos com o perfil típico dos encontrados na EJA, cabe - mesmo que tardiamente -,repensar as ofertas até então existentes e promover a inclusão desses sujeitos,rompendo com o ciclo das apartações educacionais,na educação profissional e tecnológica.Nesse contexto,o Governo Federal,por meio do Ministério da Educação,convida a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para atuar como referência na oferta do ensino médio integrado à educação profissional na modalidade EJA

A concepção geral do PROEJA está fundamentada na integração de trabalho, ciência, humanismo, etc. o que contribui para o crescimento indissociável das dimensões da realidade em que o aluno vive.

[...]colocou-se a possibilidade de construção de políticas públicas de integração da educação básica com a educação profissional que trazem a concepção de processos educacionais e formativos em que os eixos trabalho, cultura, ciência e tecnologia constituem os fundamentos sobre os quais os conhecimentos devem ser assegurados na perspectiva de sua universalização. (LIMA FILHO, 2010, p.112)

O PROEJA está voltado para a educação que,paralelamente ofereça ao jovem e adulto,o currículo regular de ensino e uma determinada formação profissional (BRASIL, 2007)

Essa formação, vai permitir que o aluno tenha acesso á uma educação cidadã,onde estará ao mesmo tempo,integrado socialmente e profissional com o meio em que vive.

Cardoso et al. (2010, p.02) destacam que:

O Programa parte do pressuposto que a educação fundamental na modalidade EJA é pobre de significado e que não ajuda na melhoria de vida dos estudantes. Já com a junção do ensino médio com o ensino técnico a educação teria algum sentido, o diploma de serviria para algo.

De uma forma resumida, pode-se afirmar que o PROEJA visa formar alunos cidadãos enquanto agente transformadores da sociedade em que estão inseridos, onde a oferta organizada compreende o mundo do trabalho sem resumir e/ou estagnar-se a ele, bem como compreende a continuidade de estudos.

Embora o PROEJA seja um grande passo na busca de uma vida mais digna e com melhores e maiores possibilidades de crescimento profissional, o Documento Base do PROEJA (BRASIL, 2007, p.36) salienta que os sujeitos alunos deste processo não terão garantia de emprego ou melhoria material de vida, mas abrirão possibilidades de alcançar esses objetivos, além de se enriquecerem com outras referências culturais, sociais, históricas, laborais, ou seja, terão a possibilidade de ler o mundo, no sentido freireano, estando no mundo e o compreendendo de forma diferente da anterior ao processo formativo.

3.1 PRINCÍPIOS

Os princípios que norteiam o PROEJA vêm a partir de distintas teorias da educação e de estudos específicos da EJA.

O primeiro princípio se refere ao papel e compromisso de entidades públicas têm com o público alvo.

O princípio surge da constatação básica em sua faixa etária regular têm tido pouco acesso a essas redes. Assim, um princípio dessa política –a inclusão –precisa ser compreendido não apenas pelo acesso dos ausentes do direito à escola, mas questionando também as formas como essa inclusão tem sido feita, muitas vezes promovendo e produzindo exclusões dentro do sistema, quando não assegura a permanência e o sucesso dos alunos nas unidades escolares (BRASIL, 2007).

O segundo princípio consiste por sua vez na inserção da EJA integrada à educação profissional nos sistemas públicos de ensino.

O terceiro princípio passa a abranger o PROEJA numa extensão maior de ensino, ou seja, à educação básica.

O quarto princípio entende o trabalho como educativo, onde o vínculo da escola média se pauta especialmente pelo entendimento de que os alunos produzem sua condição humana pelo trabalho, abrangendo uma ação transformadora do mundo em que ele vive e os que o rodeiam também, mostrando assim, que de fato o PROEJA pode trazer/contribuir para uma formação cidadã de seus alunos.

O quinto princípio tem como fundamento a contribuição para a construção da autonomia intelectual dos alunos, de modo que ele vá além da realidade, ou seja, saiba ler as “entrelinhas” daquilo que se está estudando.

No caso específico do PROEJA por exemplo, o aluno deve analisar o que o mercado de trabalho de sua região mais necessita e assim nele investir.

O sexto princípio configura-se em:

[...]Considera as condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundamentos da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais. Nesse sentido, outras categorias para além da de “trabalhadores”, devem ser consideradas pelo fato de serem elas constituintes das identidades e não se separarem, nem se dissociarem dos modos de ser e estar no mundo de jovens e adultos (BRASIL, 2007, p.38).

Percebe-se então que o sexto princípio se refere ao fato de que é necessário aliar a educação profissional de acordo com a sociedade em que se vive, ou seja, ela deve estar de acordo com o público em que está direcionada a fim de que possa haver interesse por parte dos alunos na busca pelos cursos e assim, sua qualificação para cursos que de fato haja demanda em suas cidades e/ou regiões.

2.2 AVALIAÇÃO SEGUNDO PERSPECTIVA DO PROEJA

Avaliação aplicada pelo PROEJA não deve ser imediatista é imediata e tão pouco instantânea, onde apenas o domínio de conhecimentos específicos ou informação técnicas sejam avaliados.

A avaliação abrange todos os momentos e recursos que o professor utiliza no processo de ensino-aprendizagem, tendo como objetivo principal o acompanhamento do processo formativo dos educandos, verificando como a proposta pedagógica vai sendo desenvolvida ou se processando, na tentativa da sua melhoria, ao longo do próprio percurso. A avaliação não privilegia a mera polarização entre o “aprovado” e o “reprovado”, mas sim a real possibilidade de mover os alunos na busca de novas aprendizagem. São partes constitutivas de um mesmo processo. A avaliação nesse

sentido ocorre como parte do processo de produção de conhecimento (BRASIL, 2007, p.53)

Dessa forma, é importante que o professor use diversos instrumentos que lhe permita um melhor avaliar de seus alunos bem como também permita uma reflexão acerca de aspectos que necessitam e devem ser aprimorados a fim de que as dificuldades de aprendizagem dos alunos possam ser sanadas ou pelo menos amenizadas.

Assim, conforme o Documento Base do PROEJA (BRASIL, 2007): “[...]exige-se que essa política aconteça de forma contínua e sistemática, mediante interpretações qualitativas dos conhecimentos produzidos e reorganizados pelos alunos.”

Sendo assim, é muito importante o trabalho do educador, da maneira como irá conduzir sua prática pedagógica para que seus alunos possam ter êxito no decorrer do processo de alcance dos objetivos e assim, o aluno tenha realmente internalizados os conhecimentos mediados em sala de aula e assim possa RR adquirido os conhecimento do currículo regular e os da educação profissional a qual por ele foi escolhida.

Em relação a avaliação no PROEJA, Carniel (2009, p.29) salienta:

A avaliação pressupõe a contemplação de um conjunto de mediações com função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica, sendo desenvolvida de forma contínua e sistemática. Por meio dela se dará uma interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno, subsidiando o professor com elementos para uma reflexão constante sobre sua prática, reorientando-o para a criação de novos instrumentos na revisão e retomada de aspectos a serem ajustados.

Nesse contexto ressalta-se as palavras do Documento Base PROEJA (BRASIL, 2007, p.46):

Professores, como educadores que são, ao assumirem o papel de mediadores e articuladores da produção coletiva do conhecimento, e comprometidos com a proposta, poderão atuar criativamente, acolhendo sem ansiedade as demandas e exigências dos sujeitos alunos e do projeto pedagógico. A participação de professores em programas de formação continuada poderá favorecer a compreensão de sua função como mobilizadores das famílias, acolhendo-as nas eventuais participações junto ao projeto da escola, de modo a consolidar participações mais sistemáticas e qualificadas no processo educacional.

Mais uma vez o educador assume um importante papel frente à sociedade de um modo geral, tendo em vista que os educando do PROEJA devem ser estimulados a ir em busca de seus objetivos, a serem desafiadores de si próprios e mostrar que é possível se consolidar uma formação cidadã na Educação de Jovens e Adultos.

Na análise do documento base do PROEJA parece-nos importante resgatar o significado deste programa nacional como uma política nacional que responde a um projeto nacional de inclusão e profissionalização. Lançamos mão para isto do texto de Aguilar (2008) que analisa esta política no Seminário PROEJA da UFTPR (Para saber mais sobre este assunto ver “I Seminário sobre Políticas Educacionais e Formação de Professores em EJA PROEJA” UFTPR, Curitiba, PR, 2008)

A referência nos remete à análise dos “*Percursos da política de construção de um PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NACIONAL para jovens e adultos. A favor de uma Agenda de Políticas de Ciclo Longo para Jovens e adultos no país*” (AGUILAR, 2008).

O PROEJA, como um programa, parece articular reflexões que provém do campo da educação, das políticas públicas e das preocupações com a inclusão aqueles que com os quais temos um longo caminho de reparação, trata-se de Jovens e adultos que estudam, de professores que dedicam parte de suas existências a reparar dívidas da política educacional, da política econômica para com eles (AGUILAR, 2008).

É possível articular na análise do conteúdo do Documento BASE do PROEJA e as análises deste autor para o qual podem-se verificar o Percursos da política de construção de um projeto político pedagógico nacional para jovens e adultos. a favor de uma agenda de políticas de ciclo longo para jovens e adultos no país.

Se analisar-se esta articulação pode-se verificar que as políticas educacionais e a formação de professores em EJA requerem uma recuperação da trajetória da política enfatizando as mudanças recentes na medida em que elas definem um giro significativo do papel do Estado em relação à elaboração e implementação de políticas para uma parcela da sociedade composta por jovens e adultos, cuja agenda prioritária é: a inclusão (AGUILAR, 2008).

Também, conforme Aguilar, porque a inclusão (re)significa esta parcela da sociedade, suas demandas estruturais e conjunturais, (re)significa a idéia e os rumos do desenvolvimento do país articulando para isto visões internacionais, nacionais, regionais e locais das políticas inclusivas, (re)significa a expectativa do trabalho e do emprego e (re)significa o papel da instituição educacional. Temos aqui, uma das chaves do desafio que as políticas educacionais e de formação de professores para EJA têm pela frente.

De fato, as políticas públicas dos últimos 10 anos começam a se (re)orientar e isto significa que começa a se desenhar uma articulação entre um *Projeto Político Pedagógico Nacional* e o próprio *Projeto Político Pedagógico de cada instituição* que enxerga, como muito poucos níveis e modalidades de ensino de qualquer país, as sínteses de quatro grandes variáveis, segundo Aguilar (2008): do *processo globalizador*, da *reestruturação produtiva*, das *dinâmicas da avaliação dos sistemas educacionais e sua relação com o desenvolvimento mundial*

Isto sem dúvidas depende da capacidade dos processos formativos de outorgar aos professores de EJA a possibilidade de desenvolver a competência de ler este desafio e agir. (BRASIL, 2007; AGUILAR, 2008).

Conforme Aguilar (2008), acredita-se importante contextualizar o PROEJA no contexto histórico e a partir daí localizar este programa como uma ação concreta nos últimos 25 anos, em direção à formulação e implementação de programas nacionais focados na inclusão de jovens e adultos..

(...)parece muito tempo, porém a redemocratização do país, ainda é recente, porém o exercício democrático tem enriquecido verdadeiramente o campo de estudos de análises da política e mais ainda, tem nos proporcionado a possibilidade enorme de estudar a política e ver ela sendo implementada e sendo julgada nas urnas. Podemos dizer que a análise de política por distintos usuários, proporcionou ganhos de distinta espécie a todos. “A soma de todos os benefícios e a resposta de todos os custos proporcionam ao analista a medida do interesse público¹”. De um ponto de vista estritamente técnico podemos dizer que “a análise de política se centra nos custos e benefícios que as políticas levam consigo para a sociedade como um todo” e isto que tentaremos fazer aqui com as políticas educacionais e a formação de professores em EJA (BEHN, 2003 pág.242).

O PROEJA, desde seu lançamento e criação percorre o mesmo caminho traçado pela política de inclusão...

¹ BEHN, Robert D. El análisis de Políticas y la Política in AGUILAR VILLANUEVA, L. F. El estudio de las Políticas Públicas, Ed. Miguel Ángel Porrúa, México, 2003

Parece imprescindível que nossa análise resgate o processo da política isto é: “compreender que a política, quaisquer que ela seja se desenvolve em etapas, cada uma das quais possui seus atores, suas restrições, suas decisões, seus desenvolvimentos e seus resultados próprios, ela influirá nas outras políticas e será, por sua vez afetada pelo que ocorra com as outras políticas”.(AGUILAR VILLANUEVA, L.F.1996 p.15).

A intenção, nesta ocasião é utilizar esta noção de processo da política para fazer dele, um dispositivo analítico da agenda² nacional da educação profissional e tecnológica, pois ela nos permitirá compreender prioridades, explicar e justificar decisões da política.

Trata-se de uma agenda³ cuja prioridade é a implementação de uma *política inclusiva* destinada à *população de jovens e adultos no Brasil com trajetórias escolares descontínuas*, e esta agenda tem matizes na última década se analisado o processo desta política, pois este nos permitirá explicar a diferença de ênfases nos dois últimos governos encabeçados pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luis Ignácio Lula da Silva. Trata-se de diferenças na **ênfase da inclusão**.

Este aspecto parece-nos decisivo na compreensão da nossa análise do PROEJA. Trata-se conforme Aguilar (2008), de uma mudança no curso de ação da política. Com efeito, o PROEJA, significa uma mudança radical na política de expansão da oferta pública de educação profissional; uma mudança no significado do financiamento público da educação; uma mudança no conceito de formação do trabalhador; uma mudança no papel estratégico da educação profissional..

Podemos observar diferenças qualitativas na concepção do *curso de ação* escolhido. Vejamos creio que os eixos norteadores das políticas inclusivas para educação profissional e tecnológica têm uma primeira diferenciação quando analisamos a ênfase na expansão da oferta pública⁴ de educação profissional; uma segunda diferenciação está fundamentada do lado das possibilidades de implementação com o desenvolvimento de estratégias de financiamento público; uma terceira diferenciação aponta para uma concepção integral na formação do cidadão; e finalmente uma quarta diferenciação se apóia no papel estratégico da educação profissional nas políticas de inclusão social (AGUILAR,2008).

² AGUILAR, Luis Enrique, A agenda pública Paulista da educação: três décadas de acertos e erros nas políticas educacionais para um sistema educacional de grande porte. Revista APASE, Sindicato de Supervisores do Magistério do Estado de São Paulo, nº,9, maio/2008 pág.35-43

³ Por Agenda de governo, entende-se - na literatura - *o conjunto de problemas, demandas, questões, assuntos, que os governantes tem selecionado e ordenado como objetos de sua ação e, mais propriamente, como objetos sobre os que têm decidido que devem atuar ou têm considerado que têm que agir. Este é o ponto essencial da definição.*

⁴ BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. PROEJA, Brasília, 2006.

Neste sentido, podemos afirmar de acordo com o autor que se verificam no PROEJA, duas visões, antes e depois dele.

Podemos nesta análise algumas justificativas para o debate da mesa sempre no caminho dos matizes entre as duas gestões objeto desta breve comparação sobre os cursos de ação da política na agenda da educação profissional e tecnológica do país:

Há uma concepção de intervenção do Estado⁵ que diferencia o escopo da política e é provável que isto se deva: a uma concepção e ação **diferente** do papel do Estado e a sua noção do público e isto pode ser uma consequência da configuração política das alianças para a governabilidade e da conjuntura política que parece caracterizar uma diferença de influência das concepções neoliberais nas decisões de agenda e no processo da política, na escolha do curso de ação, na concepção do papel da educação profissional no projeto de desenvolvimento nacional e também, devemos dizer, na concepção do papel das Universidades Federais no desenvolvimento científico, tecnológico e sócio-laboral inclusivo e sustentável.

Um fato que contrasta nesta última questão é que a transformação da Rede de Centros Federais de Educação Tecnológica em **Universidades Tecnológicas** e em **Institutos Federais de Educação Tecnológica**, e a ênfase atribuída o seu papel estratégico.

E temos analisado o PROEJA como uma política e como um Programa de inclusão, entretanto refletimos com preocupação sobre a continuidade do PROEJA.,

Há uma preocupação com processos de continuidade e descontinuidade, típicos das *agendas institucionais*⁶ vinculadas a partidos ou alianças de partidos. O analfabetismo no Brasil, dada sua importância estrutural sempre devia ter integrado a *agenda institucional* e correspondido, nesta hierarquia, com governos que mantivessem políticas públicas perenes (de *Políticas de Ciclo Longo*⁷) de modo a erradicá-lo.

⁵AGUILAR, Luis Enrique, Posibilidades de abordaje comparativo: las regularidades causales en la adopción e implementación de políticas educativas, Revista Política y Gestión de la educación, Pensamiento Educativo, Vol.31 (diciembre 2002), pp.283-305, Facultad de Educación, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago de Chile, Chile.

⁶ Entendemos agenda institucional como *aquela formada por questões e/ou problemas mais específicos, concretos e delimitados, indicando e definindo problemas precisos*. COBB & ELDER, 1986 in AGUILAR VILLANUEVA, L. F. Problemas Públicos y Agenda de Gobierno, Estudio Introdutorio, Ed. Miguel Ángel Porrúa, México, 2003

Há então um outro fator diferenciador que é a importância de um *problema público*⁸ dentro da agenda. Ou seja, há um tratamento diferente para um problema público, para o *problema da exclusão e o analfabetismo como barreiras para o desenvolvimento socioeconômico do país*. A valorização desta questão para o nosso debate tem a ver historicamente com as suas *causas*, suas *conseqüências* e *a forma em que vem sendo abordado* até hoje.

No contexto da análise repensar o PROEJA e seu significado na nova realidade do país, seu valor estratégico cresce de forma tal que é possível tecer esperanças sobre seu impacto no futuro econômico e educacional brasileiro...

Passando para o segundo eixo, é prioritário discutir, e fundamentalmente nestes dias “*onde tão claramente vemos que velhos dogmas da economia caem por terra, se destruindo até não poder juntar nem um caco*”, são os processos de (re) significação⁹ que parecem imprescindíveis para entender as políticas inclusivas e os programas que constituem seu suporte como este PROEJA. Pois está mais do que claro que:

- a) é somente (re) significando o analfabetismo e os analfabetos,
- b) é somente (re) significando a idéia de desenvolvimento
- c) é somente (re) significando a expectativa de trabalho
- d) é somente (re) significando o papel das instituições educacionais nisto que teremos uma chance enorme de entender o desafio. Porque esta parcela significativa da sociedade composta por analfabetos não são descobertos para apenas *apreender códigos de leitura, escrita e operações matemáticas fundamentais*. São descobertos (devem ser...!) para se incorporar a um projeto de desenvolvimento nacional que não os tinha como protagonistas, nem sequer como coadjuvantes.

⁷ Ciclo das políticas, Políticas de Ciclo longo, podem ser identificadas em relação a 1) o reconhecimento da importância do assunto; 2) a adoção do assunto dentro da agenda; 3) a *priorização* do assunto e 4) a *manutenção* do assunto na agenda.

⁸ Entendemos por **Problema Público** *uma complexa construção social, política da realidade cuja relevância está atrelada a valorações e concepções dos cidadãos, dos movimentos sociais, das organizações e das estruturas de governo*.

⁹ Quando falo em (re) significar o analfabetismo, o desenvolvimento, o trabalho e a instituição escolar, estou dizendo que não temos que usar a *estratégia retórica* para escamotear e dissimular a enorme dívida social que temos com esta parcela da sociedade e sim para sermos capazes de pensar um novo destino para o país onde estes eternos excluídos tenham sua vez.

Este é o grande desafio de construir estruturas curriculares e propostas de formação que articulem estas (re) significações da educação, do trabalho do desenvolvimento e da condição do analfabeto num país como Brasil que lidera América Latina. A incorporação desta população aos espaços educacionais, ao mundo do trabalho, ao desenvolvimento terá um impacto econômico e social sem precedentes. Eis o desafio!!

A propósito disto acredito que aprofundar na (re)significação) tem a ver com rever todos os escritos sobre participação do *Estado nos problemas públicos*, rever os processos e os dispositivos de (des)regulação do setor privado, rever todos os escritos sobre o afastamento, do recolhimento do Estado¹⁰ em toda a estrutura social e em especial em *cada um dos níveis e modalidades* do que nos impuseram em chamar “*mercado educacional*”.

Finalmente e retomando a proposta inicial dos três blocos de análise desta fala, queria me referir à atenção especial que a confluência de **três(3)** argumentos que escolhi da fundamentação do PROEJA¹¹

- a) o que JAMIL CURY¹² chama de um modo próprio de fazer a educação.
- b) o que IRELAND, MACHADO, PAIVA¹³ apontam sobre a importância a perenidade de uma política de integração da educação profissional ao Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens e adultos;

¹⁰ Ver AGUILAR, Luis Enrique. **Estado Desertor**: Brasil e Argentina nos anos de 1982-1992 LaPPlanE/FE/R.Vieira Ltda, Campinas, SP. 2000.

¹¹ BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica –PROEJA, op.cit.

¹² JAMIL CURY, Carlos Roberto Parecer N°: 11/2000 do Conselho Nacional de Educação (Parecer do Conselheiro)

¹³ IRELAND, Timothy, MACHADO, Maria Margarida, PAIVA, Jane (orgs.). **Declaração de Hamburgo sobre educação de adultos – V CONFINTEA**. In: *Educação de Jovens e Adultos*. Uma memória contemporânea 1996 – 2004. Brasília: MEC: UNESCO, 2004. (Coleção Educação Para Todos) p.41-29

c) O papel estratégico - e o *papel estratégico da educação profissional nas políticas de inclusão social*.

Falo em confluência para utilizar estas contribuições no espaço de análise do título desta participação *política de construção de um projeto político pedagógico nacional para jovens e adultos. a favor de uma agenda de políticas de ciclo longo para jovens e adultos no país*. Acredito que seja isto assim porque quando falamos dos programas de Formação de Professores para Educação de Jovens e Adultos, há uma cobrança pesada encima destes professores e especialmente encima dos dirigentes de instituições que se ocupam de incluir jovens e adultos através de processos educativos”.

Há uma expectativa de que nos **projetos políticos pedagógicos** possamos ver a política de inclusão e isto é um assunto da construção de um PPP exige uma experiência coletiva e a uma capacidade de ler cada uma das dimensões que um **projeto político pedagógico** possui na hora de sistematizá-lo.

“Neste sentido acredito que estamos frente a um grande desafio e este é articular no interior da escola uma política de ciclo longo que não é mais nem nada menos que um grande projeto político pedagógico de caráter nacional de inclusão”.
(Aguilar,2008)

Importante falar que é necessário novas metodologias de ensino para a especificidade do PROEJA, como se observa nas palavras de Sant’anna (2010, p.17):

Propõe que sejam pensadas metodologias específicas de ensino de acordo com as características dos alunos jovens e adultos, observando os seus diferentes tempos de aprendizagem individual e coletiva, o que incidirá numa carga horária e organização curricular flexíveis, com planos de estudos que aliem tempos de ensino presencial e não presencial.

CAPÍTULO 4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a pesquisa bibliográfica realizada, foi possível o levantamento de algumas informações que permitem uma análise do assunto em estudo, nesse caso “PROEJA”: Educação de Jovens e Adultos x Formação do aluno uma construção possível.

Embora se saiba que a educação por si só não tenha forças o suficiente para transformar toda uma sociedade na qual o capitalismo faz com que as pessoas vivam um cotidiano onde “correm contra o tempo”, pode-se afirmar que ela (a educação) seja um dos grandes fatores para que essa transformação aconteça,

A Educação de Jovens e Adultos já é um exemplo disso, haja vista que se vê-la como uma vitória já que há poucas décadas atrás esse sistema de ensino não tenha grande reconhecimento e tão pouco havia a sua oferta àqueles que tinham interesse em ter completo o seu Ensino Fundamental ou Ensino Médio.

Atualmente então, a Educação de jovens e Adultos possui uma realidade diferente e tem reconhecimento e também uma grande demanda, o que certamente faz com que se possa pensar em uma formação cidadã do aluno.

Embora a Educação de Jovens e Adultos tenha sido marcada por uma certa descontinuidade, ou seja, não teve um prosseguimento contínuo em sua história, ela hoje, pode ser considerada como uma grande vitória e esperança de uma vida mais justa e digna para muitas pessoas onde se tem acesso à educação de uma forma igualitária e sem qualquer tipo de distinção.

Nesse contexto, o Documento Base PROEJA (2007) fala que a Educação de Jovens e Adultos trouxe uma nova perspectiva para as pessoas que até então não tinham acesso à continuidade de seus estudos.

Assim, cria-se a perspectiva sobre a proposta do PROEJA no sentido de contribuir para a formação cidadã dos alunos jovens e adultos, haja vista se tratar de um Programa que prima pela qualidade da educação ao mesmo tempo em que se preocupa em dar condições ao aluno para que ele insira-se no mercado de trabalho.

Associado à Educação de Jovens e Adultos, surge então o PROEJA, que visa dar oportunidade do aluno da EJA ter incluso em sua grade curricular, o ensino profissionalizante, ou seja, a oportunidade de acesso aos conhecimentos técnicos de determinada profissão a fim de que o aluno possa, ao terminar o Ensino Médio, ter um curso profissionalizante concluído.

Azevedo (2006) diz que na Educação de Jovens e Adultos, o professor pode contribuir para que o aluno tenha acesso aos conhecimentos científicos e também na contribuição para a formação do aluno.

Para que essa formação tivesse êxito, o PROEJA definiu alguns princípios a fim de que obtivesse sucesso em seus objetivos.

O primeiro desses princípios está relacionado ao público alvo. Para o Documento Base PROEJA (BRASIL, 2007), muitas pessoas não tiveram acesso à educação na idade regular e agora possuem tal oportunidade.

Além disso, é importante que se observe como essa inclusão vem sido realizada, isto é, torna-se necessário que o PROEJA seja implementado de uma maneira onde o aluno de fato esteja “aprendendo” os conhecimentos. Não se pode fazer, ou deixar com que o PROEJA seja “jogado” dentro da Educação de Jovens e Adultos sem que haja uma aprendizagem significativa.

O segundo dos princípios está ligado à inserção da educação profissional aos sistemas públicos de ensino.

É necessário pois, que finalmente a educação profissional seja integrada ao currículo, onde o aluno tenha então, a oportunidade de conhecimentos que farão a diferença no mercado de trabalho.

Para Campos (2009) é importante que, para a educação profissional, se pense em um currículo que abranja conteúdos e procedimentos de modo a atrair o aluno para as aulas, bem como sua permanência.

Esta integração fará com que os alunos possam, ao mesmo tempo em que tomem posse dos conhecimentos normais do currículo, tenham também o ensino profissionalizante, que fará com que os mesmos tenham um diferencial na sociedade trabalhista, ou seja, seu curso técnico será de grande valia no momento de inserir-se no mercado de trabalho.

Por isso, o Documento Base PROEJA (BRASIL, 2007) afirma a necessidade de que a educação profissional seja tão logo implementada ao ensino público.

Será dessa forma que a maior parte da população terá acesso à uma educação que ao mesmo tempo lhe oportunizará acesso aos conhecimentos científicos da grade curricular normal e conhecimentos técnicos de uma determinada profissão a fim de que o sujeito possa inserir-se no mercado de trabalho.

Ferreira et al. (2008, p.3) destaca que com o decreto nº 5.154/2004, sugeriu-se que a grade curricular do PROEJA deveria passar pela definição de um eixo curricular que pudesse materializar a integração dos conhecimentos gerais e específicos.

A inserção da educação profissional seja assim logo inclusa, renova a esperança de que tais alunos possam ter igualdade de oportunidade haja vista que o aluno terá conhecimentos profissionais específicos em algumas áreas, dependendo do curso que o mesmo estiver frequentando.

O terceiro princípio do PROEJA se refere à extensão do mesmo à Educação básica, já que, atualmente, ele é oferecido somente no Ensino Médio (BRASIL, 2007).

Se ele for oferecido já na Educação Básica, o aluno terá contato com a educação profissional muito antes da idade adulta, o que já dará ao aluno a oportunidade de definir e/ou planejar seu futuro profissional e ao ingressar no Ensino Médio, já terá um caminho por ele pré estabelecido a percorrer até chegar alcançar os objetivos por ele determinados.

Essa extensão do PROEJA então seria um grande avanço para a educação como um todo, e o maior beneficiado com certeza, será o aluno.

O quarto princípio fala, segundo o Documento Base PROEJA (BRASIL, 2007), que o trabalho pode ser educativo.

O trabalho realmente pode ser educativo, porém há a necessidade de trabalhar para isto, pois somente assim isso será uma verdade e não há lugar melhor para que isso ocorra do que dentro das Unidades Escolares.

Assim, o PROEJA mostra a necessidade de que o programa seja implementado no ensino público a fim de que todos tenham acesso à esta oportunidade que evidentemente é muito importante para que aos poucos a sociedade tenha a transformação que merece.

Garantir que o PROEJA seja implementado no ensino público é de suma importância para que a sociedade ofereça à sua população uma real possibilidade de mudanças para uma sociedade justa e igualitária, tendo em vista que o PROEJA permite uma formação profissional para que o aluno esteja apto a inserir-se no mercado de trabalho.

No que se refere a avaliação, o PROEJA avaliar o aluno de uma maneira continuada, onde seja avaliado todo o processo pelo qual o mesmo passa, analisando-se desde todo a evolução pelo qual o aluno passou, como se observa a seguir:

A avaliação abrange todos os momentos e recursos que o professor utiliza no processo de ensino-aprendizagem, tendo como objetivo principal o acompanhamento do processo formativo dos educandos, verificando como a proposta pedagógica vai sendo desenvolvida ou se processando, na tentativa da sua melhoria, ao longo do próprio percurso. A avaliação não privilegia a mera polarização entre o “aprovado” e o “reprovado”, mas sim a real possibilidade de mover os alunos na busca de novas aprendizagens (BRASIL, 2007, p.55)

Dessa forma, constata-se que o PROEJA tem como base o acesso à uma educação profissional aliada ao ensino regular para jovens e adultos que não tiveram oportunidade de o fazerem em idade regular e que busca não avaliar sistematicamente o aluno, mas sim dar todo o apoio necessário para que este educando não desista mais uma vez de seus estudos e mais ainda, que ele empenhe-se em fazer o melhor de si para que esteja apto a um mercado de trabalho que está esperando por profissionais aptos a determinados cargos e assim, o aluno tenha a oportunidade que até então não tivera.

Trata-se, pois de contribuir para a formação de alunos agentes transformadores da sociedade em um futuro não muito distante, onde será visto a

igualdade de acesso às oportunidades para todos aqueles que almejam um futuro melhor e uma superação de postergações históricas.

O tema Educação de Jovens e Adultos x formação cidadã do aluno, uma construção possível, vem ressaltar que é possível o aluno de EJA ter uma formação mais construtiva e mais humana, por meio de instituições abertas, que valorize os interesses dos eucandos; que respeite seus direitos na prática e não somente em enunciados de programas e conteúdos, que se proponha a motivar, valorizar e desenvolver conhecimentos.

É através das políticas voltadas à uma educação significativa, que valorize tais interesses, seus conhecimentos e suas expectativas é que surgiu o PROEJA que tem como concepção, a integração, a expansão e a possibilidade desenvolvimento de competências, habilidades e inseri-los no mercado de trabalho.

Para que isso aconteça é preciso que o profissional da EJA não seja mero transmissor de conteúdo, pois o seu papel é de induzir o aluno ao conhecimento, à reflexão, à crítica e ao aprendizado mais profundo e significativo onde é necessária a formação continuada com novo processo de produção de conhecimento e de ferramentas didáticas- pedagógicas, como cursos de pós-graduação *lato sensu*, onde pode-se citar cursos ofertados pela coordenação do MEC para a formação de profissionais, dentre eles os direcionados à Educação de Jovens e Adultos, sendo que alguns deles enfatizam o PROEJA.

A concepção geral do PROEJA tem por base a integração de trabalho, ciência, humanismo, etc. ao ensino regular.

Os profissionais envolvidos com o PROEJA devem ser preocupados com suas prática pedagógicas e seus processos avaliativos, buscando repensar suas ações e numa perspectiva de avaliação emancipatória e democrática, priorizar a qualidade e a aprendizagem do aluno.

Assim, a avaliação dentro do PROEJA não é imediata, mas como de fato é feita onde apenas o domínio de conhecimentos específicos ou informação técnicas sejam avaliados mas sim um processo interativo que considere o aluno capaz de transformações significativas na realidade e em sua atuação no mercado de trabalho.

O PROEJA só veio contribuir na Educação de Jovens e Adultos pois a troca de experiências volta-se uma reflexão das ações e de integração com a sociedade em que está inserido, contribuindo assim, para uma formação cidadã do aluno.

Não se pretendeu com este estudo, esgotar as discussões acerca desse relevante tema para a educação de um modo geral, especialmente àqueles que buscam uma visão mais ampla do assunto, sendo que assim, deixa-se aberto o assunto para futuros estudos e pesquisas.

Não se pretendeu com este trabalho, esgotar as discussões e estudos acerca do tema e por isso, deixa-se espaço aberto para futuros estudos a respeito do tema.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, L. E. **Percursos da política de construção de um projeto político pedagógico nacional para jovens e adultos. A favor de uma agenda de políticas de ciclo longo para jovens e adultos no país.** IN: Seminário PROEJA Políticas, Inclusão e profissionalização: desafios da implementação do proeja no Paraná, 1, 2008, Curitiba. **Mesa Redonda...** Curitiba, 2008.

ARROYO, Miguel. **Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares?** Disponível em <http://forumeja.org.br/go/files/Balan%C3%A7o%20da%20EJA%20-%20Arroyo.pdf>

Acesso em 20 jul 2011.

AZEVEDO, F.V.M. Causas e conseqüências da evasão escolar no ensino de Jovens e Adultos na Escola Municipal “Espedito Alves” – Angicos/RN. **Revista Científica da Faculdade de Natal**, v.2. 2006.

BEHN, Robert D. El análisis de Políticas y la Política in AGUILAR VILLANUEVA, L. F. El estudio de las Políticas Públicas, Ed. Miguel Ángel Porrúa, México, 2003

BRASIL. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA – Documento Base.** Ministério da Educação e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007.

CAMPOS, C.A. O desafio do currículo integrado no PROEJA. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 32, 2009, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2009.

CARDOSO, C.; VERNEQUE, F.; ALMEIDA, D. PROEJA: possibilidades e entraves. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, 1, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

CARNIEL, D. **A Educação de Jovens e Adultos num contexto de política pública e a implantação do PROEJA no Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves.** 2009. 39f. Monografia (Especialização em Educação PROEJA) – Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, 2009.

DI PIERRO, M.C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V.M. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n.55, novembro/2001.

FERRARI, C.R. Avaliação dos estudantes do PROEJA: em busca da inovação. **Travessias**, n.1, 2008.

FERRARO, A. R. **Alfabetização e escolarização de crianças e adolescentes no Brasil: um diagnóstico.** Porto Alegre, 1999a. 70 p. (Relatório de pesquisa, CNPq)

FERRARO, A. R. Alfabetizar é escolarizar. **Sociedade Estado**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 323-348, jul./dez. 1999b.

FERRARO, A. R. Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes; resultados preliminares. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 52, p. 35-49, fev. 1985.

FERRARO, A. R. Escola e produção do analfabetismo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 81-96, jul./dez. 1987.

FERRARO, A. R. Utilização das estatísticas educacionais dos censos demográficos e dos registros escolares: uma tipologia de análises. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 253-266, jul./set. 1979.

FERREIRA, E.B.; OLIVEIRA, E.C.; CEZARINO, K.R.A. Formação continuada de professores e PROEJA: dois grandes desafios. In: SEMINÁRIO REDESTRADO – NUEVAS REGULACIONES EN AMÉRICA LATINA, 7, 2008, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HADDAD, Sérgio. **Tendências atuais na educação de jovens e adultos**. Disponível em <http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/educacao-cultura/texto-128-2013-tendencias-atuais-na-educacao-de-jovens-e-adultos.pdf> Acesso em 18 jul 2011.

HOTZ, K.G. PROEJA: limites e possibilidades para a classe trabalhadora. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, ECONOMIA E EDUCAÇÃO, 6, 2008, Marília. **Anais...** Marília, 2008.

HYPOLITO, A.M.; DEL PINTO, M.A.B.; MARCOLLA, V.; BONOW, D. Implantação dos cursos PROEJA nas instituições federais: as experiências de pelotas. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 3, 2009, Vitória. **Anais...** Vitória, 2009.

LIMA FILHO, D.L. O PROEJA em Construção: enfrentando desafios políticos e pedagógicos. **Educação e Realidade**, v.35, n.1, p.109-127, 2010.

LOPES, S.P.; SOUSA, L.S. EJA: uma educação possível ou mera utopia? **CEREJA**, v. 1, p. 17-19, 2007.

MACHADO, M. M. Educação de Jovens e Adultos. **Revista Em Aberto**, nº 82, 2010. Disponível em http://www.oei.es/noticias/spip.php?article6295&debut_5ultimasEI=165>. Acesso em: 20 de abril de 2010.

OLIVEIRA, C.N.W.; LOUREIRO, A.M.; MURUCI, L.N.M.; VAZQUEZ, R.P.; SANCHEZ, S.B. O PROEJA no Colégio Técnico da Universidade Rural: a experiência de um projeto em construção. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, 1, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

PAIVA, V. Um século de educação republicana. **Pró-Posições**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 7-21, jul. 1990.

RAVANELLO FERRARO, A. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? **Educação & Sociedade**, v.23 n.81, Campinas, 2002.

SAMPAIO, M.N. Educação de Jovens e Adultos: uma história de complexidade e tensões. **Práxis Educacional**, v. 5, n. 7, p. 13-27, 2009.

SANT'ANNA, S.M.L. A Educação de Jovens e Adultos: uma perspectiva histórica. 2010. Disponível em: <

http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo7/eja/contextualizacao_historica_da_EJA__sitamara.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2011.

SANTOS, Ivonete Maciel Sacramento dos. **Trajetória da Educação de jovens e adultos**. Disponível em: <www.webartigos.com>. Acesso em 18 jul 2010.

SILVA, José Barbosa. **Educação de jovens e adultos e interdisciplinaridade**. Disponível em http://www.fundaj.gov.br/licitacao/jovens_adultos.pdf Acesso em 20 jul 2011

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2005.